

Dossiê

Renda Básica e Renda Mínima

O que é renda básica ou renda de cidadania? Em que se diferencia da proposta de uma renda mínima? Por que deve ser concedida a todos, independentemente de qualquer condição, exceto, talvez, idade mínima? Será que diminui a disponibilidade das pessoas ao trabalho? É viável na América Latina, ou em um país como o Brasil? Como se vincula a programas sociais tradicionais? Estas e outras tantas questões são tratadas nos três artigos que compõem o dossiê deste número, de autoria de especialistas de renome internacional. O mérito maior dessas contribuições está em abordar corajosamente temas que ainda não emergiram no ainda incipiente debate público sobre renda básica/mínima no Brasil.

Os Editores

*A renda básica: Por que, como e quando nos países dos hemisférios norte e sul?**

Philippe Van Parijs**

É para mim uma honra e um grande prazer poder participar de iniciativas como a de hoje. Um prazer, já que por causa desses eventos posso conhecer cidades como Medellín e tenho a impressão de ter aprendido muito mais do que tenho para ensinar, e principalmente de poder cumprir meu dever profissional.

Acredito que a tarefa do filósofo político vai muito além de contribuir para uma discussão técnica dirigida a um pequeno grupo de pessoas que hoje no mundo todo se especializaram neste tipo de tema intelectual. O papel central da filosofia política hoje é de contribuir para o debate público, para ação e os compromissos de entidades como a Escola Nacional Sindical, que pretende construir, não apenas um mundo justo, mas sociedades mais justas.

Neste esforço, é sempre importante refletir de modo interdisciplinar, porque os problemas que enfrentamos agora não são simples, e a sua resolução exige uma colaboração entre diversas disciplinas. É tarefa de um filósofo tentar aprender todas as disciplinas, de tal modo que procure uma síntese, uma análise global e também uma visão do futuro, de um futuro desejável e possível. Esta é uma ocasião para propor idéias e discuti-las com pessoas que compartilham valores fundamentais nos quais acredito, e que também conhecem muitas coisas que não conheço.

Duas fontes de inspiração

Para o encontro de hoje quero começar expondo as duas fontes de inspiração que foram importantes para mim, quando esta idéia sobre a renda básica universal surgiu há mais ou menos vinte anos. Foi por volta de

* Palestra proferida na Escuela Nacional Sindical, outubro de 2002, em Medellín (Colômbia). Publicada anteriormente em Jorge GIRALDO Ramírez (ed.). **La renta básica, más allá de la sociedad salarial**, Medellín: Escuela Nacional Sindical, 2003. Traduzida do espanhol por Carlos Frausino.

** Professor da Chaire HOOVER d'éthique économique et sociale. Universidade Católica de Louvain Bélgica. E-mail: vanparijs@espo.ucl.ac.be.

1982, quando refletia sobre dois problemas muito distintos: um de curto prazo, o problema da política econômica e social; e outro de longo prazo, sobre um projeto de sociedade, um projeto de sociedade para uma esquerda ambiciosa e capaz de entender os mecanismos da economia e as reflexões da história.

O primeiro problema pode ser formulado assim: Como lutar contra o desemprego nos países ricos sem contar com um crescimento econômico muito acelerado? Estávamos num período onde o contexto era o de um crescimento muito rápido da produtividade (quantidade de produto por hora de trabalho), mas a produção não crescia no mesmo ritmo e havia uma tendência estrutural a um desemprego crescente. O que fazer? Frear o crescimento da produtividade? Parecia absurdo e potencialmente contraproducente num contexto de concorrência internacional. Por conseguinte, a única solução para que o mercado de trabalho reabsorvesse os desempregados parecia ser um aumento significativo do ritmo de crescimento de produção nos países do hemisfério Norte. Todavia, com a tomada de consciência gradual dos problemas ambientais do planeta, ficou claro para muitos acadêmicos, e para alguns políticos, que esta solução também era absurda e seguramente suicida uma vez generalizada, se fosse possível generalizar uma solução para todos os países do mundo.

Existiria uma alternativa que não fosse a de frear o crescimento da produtividade – potencialmente contraproducente e absurdo – e que não fosse, tampouco, de aumentar o ritmo de crescimento econômico nos países ricos? Por que não pensar numa desconexão parcial mas sistemática entre a contribuição para o crescimento e o benefício que deriva do mesmo, de tal modo que as pessoas que trabalham escolham entre reduzir o seu tempo de trabalho ou interrompê-lo, enquanto que outras pessoas que estão desempregadas ou trabalham como voluntárias possam ocupar os postos de trabalho liberados por uma parte dos trabalhadores?

O modo mais simples e elegante de efetuar esta desconexão parcial e sistemática é com um dividendo social, uma renda distribuída de maneira incondicional a todos os membros da sociedade. Esta renda poderia ser vista como um método brando de redistribuição do emprego disponível, muito menos brutal e muito menos custoso em termos de eficiência do que uma redução do tempo semanal de trabalho para 35 ou trinta horas.

Além disso, respeita muito mais a liberdade individual do que a redução da duração de trabalho que resultaria, por exemplo, em uma aposentadoria compulsória aos 55 ou 50 anos para forçar a redistribuição dos postos de trabalho. E, além disso, à medida que se aumenta a produtividade, é possível aumentar gradualmente esta renda básica, este dividendo social incondicional que se concede a todos.

Essa era a primeira consideração sobre o modo de combater o desemprego no contexto europeu da década de 1980, com uma taxa de desemprego muito alta e sem um crescimento constante e acelerado do produto interno nos países do hemisfério Norte.

A segunda fonte de inspiração provinha de uma preocupação muito mais teórica. Pode ser enunciada assim: como reformular para a esquerda um projeto mobilizador num momento da história em que era claro que havia problemas mais que contingentes em um socialismo que se definia pela propriedade pública dos meios de produção? Como se pode formular um projeto mobilizador para a esquerda sem abandonar os grandes ideais de emancipação e justiça social que motivaram desde seu início os movimentos socialistas e as esquerdas do mundo? Por que não imaginar uma transição para o comunismo dentro do capitalismo? Afinal, o socialismo na tradição marxista ortodoxa não se justificava porque fosse mais justo que o capitalismo, e sim porque seria mais eficiente, porque permitiria um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas e assim proporcionaria mais rapidamente as condições que possibilitariam o comunismo, isto é, de uma sociedade na qual todos os bens são distribuídos em função das necessidades, e assim cada um fica liberado da compulsão de trabalhar.

Na tradição marxista socialista existiam argumentos inteligentes, plausíveis *a priori*, para explicar a superioridade do socialismo, do planejamento centralizado a partir do ponto de vista das eficiências estática e dinâmica, eficiência na inovação tecnológica. Mas nos anos finais do século XX, inclusive dez anos antes da queda do muro de Berlim, quase todos haviam perdido as ilusões sobre a capacidade do socialismo de produzir um desenvolvimento das forças produtivas que fosse efetivo e mais rápido. Quase todos haviam perdido as ilusões sobre a capacidade do socialismo de rivalizar com o capitalismo em termos de eficiência. Por quê? Fundamentalmente por duas razões.

A primeira era que a descentralização do poder econômico no capitalismo – inclusive num capitalismo com monopólios importantes – tornava possível um fluxo mais eficiente das informações sobre os recursos, as necessidades e os desejos dos membros da sociedade. Não é possível centralizar o fluxo de informações requeridas pela produção contemporânea. Esta primeira razão é um argumento ligado à eficiência estática que foi popularizado, vulgarizado, em particular a partir da obra do Frederik Von Hayek.

O segundo argumento teórico básico, apoiado também sobre dados empíricos, é que, em contraste com as unidades de produção numa economia socialista com base na propriedade pública dos meios de produção, as empresas capitalistas sempre estão submetidas à dura lei de “inovar ou perecer”. Este argumento se refere à eficiência dinâmica do capitalismo. A sua formulação clássica se deve a Joseph Schumpeter.

A idéia, portanto, era usar o dinamismo do capitalismo com os objetivos gerais do socialismo, pô-los a seu serviço. Como concretizar esta expectativa de usar o capitalismo como instrumento para realizar o comunismo, no sentido estrito de seu ideal de distribuição segundo as necessidades e de liberar as pessoas da obrigação de trabalhar, de realizar um trabalho alienado? Principalmente com uma renda básica incondicional, em parte sob a forma de serviços educativos ou de saúde gratuitos. Outra parte desta renda incondicional poderia ser dada em espécie. Mas também pode tomar a forma de uma renda monetária concedida a todos incondicionalmente, e poderia ser completada com os diversos tipos de rendimentos que existem na sociedade de mercado: rendimentos de poupança, rendimentos do trabalho, rendimentos de investimentos e também de algumas transferências complementares a pessoas em situações peculiares, como por exemplo, pessoas deficientes. Com o progresso da produtividade, graças ao dinamismo do capitalismo, com o desenvolvimento das forças produtivas, esta renda básica poderia aumentar gradualmente em termos absolutos e em termos proporcionais ao produto total, até que, no limite, constituiria a parte maior do rendimento disponível para a população do país, com salários e benefícios reduzidos ao papel de *dinheiro para pequenos gastos*, um pequeno rendimento adicional marginal.

Esta visão é muito diferente, muito mais radical que a visão do Estado de Bem-estar, inclusive do mais desenvolvido, porque no Estado de Bem-estar convencional as transferências se concentram nas pessoas excluídas pelo sistema de mercado; nas pessoas desempregadas, pessoas deficientes, pessoas muito velhas para trabalhar etc. Neste Estado de Bem-estar tradicional a organização, a concepção do desenho tradicional implica inevitavelmente em processo de estigmatização dos beneficiários destas transferências, dos pobres excluídos do mercado que têm direito a esta compensação. Um sistema tradicional de transferências de tipo clássico contribui também necessariamente para a exclusão, porque neste sistema a saída da exclusão é castigada com a perda dos benefícios e isto cria uma armadilha na qual muita gente com poucas qualificações permanece presa. Em contraste, uma renda universal para todos os cidadãos não cria estigmas porque é um direito de todos os cidadãos, não é uma assistência para os indigentes, não cria armadilhas de dependência, de exclusão, de desemprego, porque esta renda básica é uma base, não é uma rede de seguridade. Uma renda básica não se perde quando uma pessoa encontra um trabalho e por esta razão é possível permitir um crescimento gradual do seu nível sem resultar em qualquer armadilha, como aconteceria com um aumento nas transferências do Estado de Bem-estar.

Estes dois tipos de considerações, muito distintos e com diversas variantes, foram para mim e para muitos outros na Europa nas décadas de 1980 e 1990, a dupla fonte de inspiração que nos conduziu a explorar e defender a idéia de uma renda básica. A renda básica era para nós uma estratégia radical mas realista, sustentável, de luta contra a exclusão social, e era também um instrumento para criar gradualmente dentro do capitalismo na nossa sociedade e no nosso mundo o ideal da emancipação da denominação, o fortalecimento dos mais fracos e da liberdade real para todos, que foram desde o princípio o núcleo do ideal das tradições socialistas e das esquerdas do mundo todo.

Origens

Quando descobri esta idéia, não conhecia nenhuma formulação em nenhum idioma, por esta razão era necessário introduzir, inventar uma expressão em francês para defini-la, dar um nome que foi a expressão

“alocação universal” [allocation universelle], o subsídio universal, em analogia com o sufrágio universal. O sufrágio universal é um elemento mínimo do poder político que se concede a todos, inclusive aos menos instruídos. O subsídio universal é um elemento mínimo do poder econômico, não só do poder de compra, mas também do poder de negociação no contexto do seu trabalho, que se dá também a todos, inclusive àqueles que não trabalham.

Descobrimos há pouco tempo que esta idéia não era nova. Não quero traçar aqui um panorama completo da história da idéia, só quero dizer algumas coisas sobre a formulação mais antiga e sobre alguns elementos dos antecedentes da história, muito brevemente:

A formulação mais antiga data do ano de 1848. Naquele ano habitavam em Bruxelas, em casas vizinhas, com suas respectivas esposas, dois jovens intelectuais alemães, que estavam escrevendo juntos o seu primeiro livro com o título de *A ideologia alemã*. Por diversas razões, dizia-se que diante de um conflito entre as duas esposas, uma marquesa alemã e uma operária inglesa, um dos dois escritores mudou-se, com a sua família, para outro bairro de Bruxelas, um pouco mais longe, onde escreveu no início de 1848 o manifesto político mais famoso da história da humanidade, o *Manifesto do partido comunista*, e o seu jovem autor de vinte e nove anos era Karl Marx. Neste manifesto não existe nenhuma presença da idéia de uma renda básica, mas num bairro vizinho a menos de um quilômetro na mesma cidade, neste ano de 1848, vivia outro jovem autor político também de orientação socialista que se descrevia como um fourista, um discípulo do – assim chamado pelo socialista científico Karl Marx – socialista utópico francês Charles Fourier. O nome do discípulo era Joseph Charlier (1816-1896) e ele publicou, no mesmo ano que o *Manifesto* de Marx, um livro muito menos famoso, também escrito num estilo menos magnífico, um livro completamente esquecido até o seu redescobrimento recente por um pesquisador inglês, sob o ambicioso título de *Solução do problema social*. O tema central e quase exclusivo nesta solução era a introdução de um dividendo territorial, uma pequena renda paga pelo município a todos os cidadãos como expressão do direito de todos à terra e aos recursos naturais. Este dividendo territorial era, portanto, a contrapartida da apropriação privada do território sob a forma de um rendimento para todos, pago por

aqueles que detinham uma parte da propriedade privada da terra. Esta idéia se encontra na obra do inspirador de Charlier – Charles Fourier – como uma compensação em espécie centralizada sobre as obras em forma de um direito de viver num albergue de sexta classe. Fourier, um autor sempre muito minucioso, descreveu esse rendimento como rendimento em espécie e para pessoas pobres, mas com a mesma justificativa de direito de todos, o direito igual de todos à terra.

Na versão de Charlier se trata de um direito incondicional, como também na interpretação da doutrina fourista que aparece nos *Princípios de economia política*, do economista e filósofo inglês John Stuart Mill, publicada um ano depois (1849). Só nestas duas versões aparece a idéia de um rendimento universal concedido a todos e não só aos pobres.

Mas como o objetivo desta dissertação não é histórico, basta dizer – para terminar – que a idéia reaparece mais tarde, em diversas ocasiões durante o século XX. Por exemplo: nos escritos do Prêmio Nobel de Economia inglês James Meade, que a propôs para ser incluída no programa do Partido Trabalhista britânico na década de 1930. Aparece também na obra de um outro prêmio Nobel, o norte-americano James Tobin na década de 1960. Em 1972, Tobin incluiu a mesma idéia no programa de George McGovern, o candidato presidencial mais à esquerda de toda a história do Partido Democrata. A candidatura de McGovern foi um desastre, mas por razões distintas da presença da idéia de uma renda universal – chamada de *demogrants* –, que nos Estados Unidos daquela época, como ainda hoje, não era uma proposta que ajudasse a ganhar votos. Todavia, foi somente nos meados da década de 1980 que se desenvolveu uma verdadeira discussão internacional a partir do interesse que ressurgiu nos diversos países europeus e com a criação da *Basic Income European Network* – BIEN. (<http://www.basicincome.org>).

A renda básica nos países do hemisfério Norte

Chega de história. Agora quero apresentar um rápido panorama da situação atual, tanto em alguns países mais desenvolvidos como nos menos desenvolvidos. Começo descrevendo rapidamente as quatro variantes mais importantes da proposta, segundo as especificidades assumidas pela implementação da mesma atualmente nos países mais desenvolvidos.

1. Existe um lugar no mundo onde desde o início da década de 1980 existe uma renda completamente incondicional para todos, desde o nascimento até a morte, num nível igual para todos, sem nenhuma condição que não seja a residência legal. Esse lugar único no mundo onde existe uma renda básica no sentido estrito é o Alasca. Este estado dos Estados Unidos estabeleceu há mais de vinte anos um dividendo para todos os residentes permanentes. O nível inicial era modesto, mas em 2001 chegou a US\$ 2 mil anuais e continua sendo completamente incondicional e individual. Assim, para uma família de quatro pessoas, digamos dois adultos com duas crianças, é um componente do rendimento familiar total que não pode ser desprezado. Não obstante, a origem desse dividendo social nada tem a ver com a luta contra a pobreza ou contra o desemprego. A sua origem está na decisão de usar os benefícios advindos da exploração do petróleo no Alasca, mediante a criação de um fundo, aprovado pelo povo através de um referendo popular, e a subsequente utilização dos seus recursos para pagar um dividendo anual, um fundo revertido para todos sem qualquer restrição além da previsão para as futuras gerações, que obriga a preservá-lo e, portanto, a calcular o benefício em relação ao tamanho do mesmo. É o Fundo Permanente do Alasca [Alaska Dividend Found], e o Alasca é o único lugar no mundo que tem uma verdadeira renda básica universal, num nível nada modesto¹.
2. O segundo tipo de política de renda básica, existente em diversos países mais desenvolvidos, é uma forma geral – mais ou menos generosa – de renda mínima de tipo condicional. Trata-se de um mínimo garantido para todos que supera um sistema de seguro social, com contribuições e benefícios para aqueles que contribuíram. É uma renda garantida para todos, inclusive para aqueles que não haviam contribuído para nenhum sistema, mas é condicional no sentido de que o direito a essa renda, e portanto o nível das transferências deste tipo de assistência social sistemática, está determinado pela situação familiar da pessoa. A condição é aplicada a uma certa faixa de rendimento, não se outorga em hipótese alguma aos ricos. Tampouco é um direito individual, é somente para as famílias que

tenham um rendimento inferior ao nível oficial de pobreza. Outra condição é que o rendimento é vinculado à obrigatoriedade de se aceitar um emprego ou outra forma de integração social. O rendimento não é concedido às pessoas que dizem “quero este benefício mas não estou disposto a trabalhar”. Nos sistemas de renda mínima garantida que existem em vários países mais desenvolvidos existe sempre uma versão que contém estas condições (nível de rendimento familiar, disposição de trabalhar etc.). Hoje existe um sistema deste tipo em treze dos quinze países da União Européia. O último a introduzi-lo foi Portugal (1997) e os países que não têm um regime geral deste tipo são Grécia e Itália. Existem diferenças importantes quanto ao montante desta renda mínima. É geralmente muito mais elevado que a renda básica do Alasca. Para a Bélgica, por exemplo, a renda mínima para uma pessoa sozinha é de US\$ 600 por mês e para um casal é muito menos que o dobro disto (da ordem de US\$ 800 mensais).

3. A terceira forma de renda básica universal é uma renda incondicional mas que se dirige a duas faixas de idade. Existem países europeus, por exemplo a Holanda e a Suécia, nos quais há uma pensão básica para todas as pessoas com mais de 65 anos, uma pensão independente da ocupação anterior, da situação familiar, de serem ou não pessoas sozinhas ou de terem ou não um cônjuge, e independente do rendimento que recebam durante o mesmo período, isto é, sem considerar se a pessoa tenha outra pensão ou algum rendimento de poupança. Em qualquer um dos casos recebe-se uma pensão básica, sendo assim – verdadeiramente – uma renda universal para as pessoas idosas. Outro grupo de países desenvolvidos estabeleceu uma renda universal para os jovens, para os menores de idade, sob a forma de um rendimento familiar independente da situação social e profissional, também independente do rendimento dos pais. Existem muitos sistemas que estão ligados a um sistema de contribuições, inclusive acredito que na Colômbia existe um direito de rendimento, mas somente para os assalariados². Em alguns casos, é um direito das crianças, isto é, dos menores de idade, que se entrega indiretamente – com freqüência, à mãe –, mas conservando a ca-

racterística da independência do rendimento dos pais: as famílias ricas e as famílias pobres, recebem este rendimento familiar nos mesmos montantes.

4. A quarta espécie é mais recente e muito importante para se entender o caráter realista da proposta, que à primeira vista parece só uma fantasia de socialistas utópicos do tipo Charlier e Fourier. Em vários países existem sistemas mais ou menos generalizados de crédito de imposto restituível. A forma mais comum, e mais relacionada à renda básica, consiste numa redução uniforme, individual, do imposto, usufruída também por parte daqueles que não pagam impostos ou que pagam uma pequena importância. Também pode beneficiar os que deveriam pagar um imposto inferior, porque este mecanismo pode assumir a forma de uma restituição, de uma transferência positiva para as pessoas que trabalham mas que têm salários muito baixos para poder aproveitar um crédito de imposto no sentido tradicional. Assim é o tipo de renda que se concede atualmente em vários países como o Reino Unido, a França (há dois anos), a Bélgica e, de maneira mais sistemática a Holanda, onde existem créditos de impostos restituíveis para todos os trabalhadores.

Com esta variedade de mecanismos existem países, e o caso mais claro é a Holanda, nos quais quase todos os cidadãos recebem um benefício explícito ou implícito proveniente do Estado e que pode ser considerado como o equivalente a uma renda básica modesta que pode ser da ordem de US\$ 250 por mês. Naturalmente, existem muitas pessoas que recebem benefícios maiores ou que recebem um crédito de imposto maior, mas todos recebem pelo menos um benefício implícito ou explícito ou um crédito de imposto de US\$ 250 mensais. Na Holanda existem rendimentos familiares, existem bolsas de estudo para estudantes num montante maior que o deste rendimento incondicional e universal para os estudantes de todas as famílias ricas ou pobres. Há mais de vinte anos existe uma pensão básica; desde 1965 existe um sistema de renda mínima garantida num valor generoso e desde 2001 existe um crédito de imposto individual e restituível para todas as famílias trabalhadoras de tal modo que, por exemplo, a esposa de um trabalhador que não trabalha durante um certo período, também tem um direito individual a um crédito de imposto restituível.

Assim, quase todos que trabalham e que têm um rendimento pelo seu trabalho recebem este crédito de imposto restituível, todos têm transferências, pelo menos no mesmo montante, como se fossem beneficiários de uma renda básica. As pessoas que não têm rendimento de trabalho, um rendimento social ou uma transferência, são as pessoas casadas que não trabalham e não exercem trabalho remunerado por certo período de tempo, mas na Holanda essas pessoas também têm direito a crédito de imposto restituível.

Nestas circunstâncias, a introdução de uma renda básica nada custaria em termos estatísticos. A renda básica estaria ajustada somente pela parte inferior das transferências ou créditos de impostos já existentes, estando claro que depois da introdução dessa renda básica haveria rendimentos complementares, por exemplo, o salário desemprego. No caso de uma pessoa que está desempregada involuntariamente, ela teria o mesmo nível de rendimento mas com dois componentes distintos: um, proveniente da renda básica que receberia de maneira incondicional e o outro, um complemento de caráter condicional definido pela situação específica que está atravessando.

No caso da Holanda, esses diversos mecanismos poderiam ser integrados na sua parte inferior num sistema único que se poderia chamar de renda básica. Mas para muita gente, especialmente nas esferas governamentais, isto seria um escândalo porque seria o reconhecimento formal de que existe o direito a um rendimento que não está vinculado de nenhuma maneira ao trabalho, que não está condicionado pela relação com a atividade laboral. Não existe diferenciação entre a pessoa que trabalha e a que não pode trabalhar porque é inválida ou a que quer trabalhar mas não encontra um trabalho ou a que tenha trabalhado no passado ou a que não está habilitada para trabalhar porque é muito jovem. Atualmente, todos os mecanismos existentes têm algum tipo de vínculo com o trabalho e a idéia é unificá-los no mínimo como um rendimento para todos que seja verdadeiramente incondicional. Não é um passo fácil de dar por razões que prevalecem no momento. Por exemplo, é inaceitável para partidos como o Partido do Trabalho (socialista) pela dificuldade que um grupo de raiz trabalhista tem para reconhecer um direito deste tipo. Todavia, nesse partido existe há quinze anos um debate importante com uma parcela minoritária

que apóia esta idéia, da qual – vale destacar – o Prêmio Nobel de Economia holandês Tinbergen³ era um dos partidários. Temos pois o caso de um país, como a Holanda, em que a concretização da proposta está à mão, mas não é realizável, pelo menos imediatamente.

Na Europa, o estado atual da discussão é que existe um apoio muito forte a estas idéias principalmente nos partidos verdes – que em alguns países estão no governo – e nos partidos liberais da esquerda, quando existem. Em alguns países (Áustria, Holanda) há alguns anos existia uma divisão nos partidos liberais entre uma facção da direita e uma facção da esquerda, que – tipicamente – é uma facção a favor do mercado mas com um compromisso social, que está a favor da idéia de uma renda básica. Existe também um apoio menos organizado em grupos políticos da esquerda cristã, como na Irlanda, onde acontecem debates em nível governamental e, além disso, uma pressão do centro de pesquisas ligado à Igreja Católica.

A renda básica nos países do hemisfério Sul

Agora quero descrever os passos significativos que estão sendo dados no debate ou na realidade institucional em outras partes do mundo, em alguns dos países menos desenvolvidos. Existem dois países nos quais a discussão atual está precisamente sobre esta proposta e onde as experiências são particularmente interessantes.

O primeiro destes países é a África do Sul. Desde o fim do *apartheid*, antes do governo do Conselho Nacional Africano, existe uma pensão mínima paga a todas as mulheres com mais de sessenta anos e a todos os homens com mais de sessenta e cinco anos que não recebiam uma pensão do setor formal. Entendo que existe um rendimento similar na Colômbia, mas no caso da África do Sul é muito interessante que tenha sido adotado durante os últimos anos do *apartheid*, como uma característica do governo social sul-africano. Além disso, é o sistema de rendimentos mais redistributivo que existe em toda a África subsaariana. É um rendimento particularmente interessante porque não cria uma relação de dependência como a que existe em outros mecanismos do Estado de Bem-estar. Neste caso, mais de 90% dos domicílios de população negra da África do Sul conservam este direito mesmo quando os membros mais jovens da família começam a trabalhar, uma vez que o idoso não perde o benefício nem é

deduzido o rendimento pelo trabalho. Mas também tem desvantagens: para muitos domicílios a morte do idoso é um desastre financeiro, por isso não é surpreendente que existem muitos idosos que morrem administrativamente vários anos depois da sua morte física.

Atualmente, existe um movimento muito importante na África do Sul, que inclui a confederação sindical COSATU e a Igreja católica, exigindo a introdução de uma renda básica no sentido radical de uma renda incondicional correspondente a US\$ 10 mensais. É evidente o contraste com os US\$ 250 ou US\$ 600 citados antes, mas isto se deve entender num contexto onde a metade dos quarenta milhões de sul-africanos vivem com um rendimento monetário menor que US\$ 2 por mês. Acredito que para o futuro imediato é uma utopia na África do Sul, mas é interessante que exista tal movimento, parcialmente inspirado pela BIEN.

O segundo país particularmente interessante é o Brasil. Existe um debate muito intenso desde a introdução no Senado Federal de uma proposta ambiciosa de renda mínima do tipo imposto negativo, garantida para todos os brasileiros, por parte do senador Eduardo Suplicy, eleito por São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores⁴. Curiosamente, um dos senadores que naquele ano de 1991 votou a favor da introdução desta renda mínima se chamava Fernando Henrique Cardoso.

Na década de 1990 havia muitas experiências municipais de *bolsa escola*, que é uma forma de renda mínima para famílias que tenham uma renda inferior a um certo montante mas com a condição de terem filhos entre sete e quatorze anos freqüentando a escola, caso contrário, a família perde o direito ao benefício. Este é um traço importante num país no qual a escolarização está longe de 100%, e especialmente entre as famílias mais pobres. Mas existem muitas experiências deste tipo. As mais significativas estão no Distrito Federal de Brasília e na cidade de Campinas. Hoje existe um grande programa implantado pela prefeita de São Paulo, Marta Suplicy.

Obviamente, estamos longe de uma renda de cidadania para todos, do tipo proposto pelo senador Suplicy no seu livro *Renda de Cidadania* (SUP LIC Y, 2002). A viabilização de uma renda universal incondicional que evite a armadilha da dependência é um objetivo para um futuro bastante longínquo, e apesar de eu estar pessimista com relação à sua realização imediata, acredito que é também um horizonte para as propostas de curto

prazo. Isto é muito importante para países como o Brasil e a Colômbia por duas razões que estão ligadas às duas fontes de inspiração que citei no começo da exposição.

Em primeiro lugar, à luz da experiência de outros países, é necessário prever os problemas da armadilha do clientelismo, inerentes aos mecanismos seletivos do Estado de Bem-estar. Deve-se ter uma solução prevista para o momento em que esses problemas ameacem a legitimidade dos passos realizados. Em segundo lugar, deve-se ter capacidade de propor um projeto de sociedade que seja alternativo tanto ao socialismo tradicional, entendido como a propriedade coletiva dos meios de produção, quanto ao neoliberalismo e também ao Estado de Bem-estar convencional associado à socialdemocracia.

Esta visão é importante para orientar a ação, mas provavelmente seja mais importante fazer propostas viáveis de curto prazo. Num país como a Holanda, uma renda básica incondicional universal modesta é uma proposta realista imediata, cujo custo seria muito baixo, uma vez que já existe de fato uma renda mínima garantida. Nos países como o Brasil ou a Colômbia, entretanto, não existe uma renda mínima geral, uma renda mínima garantida focalizada ou incondicional. Ali onde uma parte importante do rendimento efetivo não entra na conta do sistema tributário, fica claro que a introdução imediata de uma renda universal seria irresponsável. Também seria irresponsável argumentar que se pode financiar este programa sem problemas que afetem a emissão monetária. Seria irresponsável argumentar que se pode contar com um efeito macroeconômico de fomento à atividade econômica que a autofinanciaria. Portanto, é inevitável avançar em curto prazo com esquemas de tipo seletivo.

Quero enfatizar um pouco mais esta última idéia. Está claro para mim que nos países como Brasil ou Colômbia não se pode avançar no curto prazo com sistemas completamente universais, com benefícios concedidos tanto aos ricos como aos pobres, um critério que é central na idéia da renda básica, mas me parece que se deve avançar com esquemas seletivos. No entanto, o grande problema dos esquemas seletivos é que, inevitavelmente, eles tendem a criar armadilhas de dependência, de desemprego, que ameaçam em parte a viabilidade econômica desses esquemas e sua credibilidade política.

Existem várias possibilidades de se reduzir este risco. A seguir, farei três breves considerações sobre essas possibilidades.

1. É possível pensar num projeto que reduza gradualmente o nível de benefício para os pobres em função do rendimento proveniente de outras fontes, de tal maneira que não se corte brutalmente o benefício. As propostas iniciais, por exemplo, do senador Suplicy no Brasil, são fórmulas deste tipo. Este é um caminho cuja viabilidade administrativa deve ser explorada porque necessita de um controle sobre os rendimentos de um número de pessoas que excede em muito o das pessoas excluídas, para uma proporção muito maior de domicílios da população, porque existem domicílios que teriam um rendimento bastante elevado por terem muitas crianças, por exemplo, e que teriam direito a uma transferência nesses casos, e é necessário poder controlar o seu nível de renda familiar, com o custo administrativo correspondente. Este tipo de mecanismo tem um alcance evidentemente maior, ao contrário de outro que fique focalizado, porque abrange uma proporção maior da população, mas existe um risco diretamente proporcional de criar uma armadilha de dependência.
2. Em segundo lugar, falarei dos rendimentos familiares nos países que já concluíram a sua transição demográfica. Nos países como o Brasil, me parece pertinente uma medida que associe a introdução de uma renda básica à obrigação de freqüentar a escola, mas existe um perigo para as famílias com crianças cujos pais permanecem numa armadilha de dependência, porque quando o rendimento de um membro adulto da família aumenta, eles podem perder o benefício, a *bolsa-escola*, a renda mínima em função do número de filhos. No Brasil, porém, existe uma pequena parcela de crédito de imposto para as famílias de trabalhadores. Uma medida inteligente seria integrar gradualmente os créditos de imposto para as famílias que têm um rendimento formal em certos casos, como acredito que acontece na Colômbia – sistemas de rendimento familiar pagos pelas empresas, pelo sistema de seguro social dos trabalhadores assalariados. Integrar os mesmos gradualmente num sistema de rendimentos familiares universais, porque na situação presente estão os traba-

lhadores do setor formal que têm um tipo de rendimento familiar sob a forma de um crédito de imposto, e por outro lado está a parte mais pobre do setor informal que tem direito a esta bolsa-escola. Além disso, existe outra parte intermediária da população que nada tem, e esse fato de não ter nada é que cria a armadilha de dependência para as pessoas que estão na escala inferior da distribuição de renda. Assim, uma integração gradual daquela parte de rendimento familiar das transferências com a introdução gradual de uma renda básica para as crianças que se paga às mães é um passo inteligente na direção correta que não é nada utópica em alguns dos países menos desenvolvidos, mas sempre sob a condição de que a transição demográfica esteja concluída. Acredito que seja uma medida inteligente no Brasil ou na Colômbia, mas não o seria na África Subsaariana, onde uma medida de tipo pensão básica é muito mais assertiva.

3. A minha terceira observação é que uma renda básica para quem não tem uma pensão formal é um mecanismo que pode ser explorado, não só na África Subsaariana como também em outras partes do mundo menos desenvolvido, com a dificuldade de que criaria um tipo de armadilha contra o trabalho formal porque haveria menos incentivos para trabalhar no setor formal da economia, onde existe direito a uma pensão, uma vez que se a pessoa não tem acesso a essa pensão formal, sempre terá o direito a esta pensão substitutiva. Mas também é importante dar passos na direção de criar rendimentos familiares incondicionais, pensões básicas incondicionais.

É claro que as medidas deste tipo podem ser defendidas em termos de solidariedade, de justiça social, mas devem ser pensadas em países, não só mas, especialmente, nos países subdesenvolvidos, de tal forma que tenham também um efeito positivo sobre a eficiência da economia e um impacto notável sobre o desenvolvimento. Existem, por exemplo, estudos muito precisos sobre o efeito das pensões básicas no nível de saúde da África do Sul; existem também estudos empíricos que mostram que a fórmula brasileira de renda mínima tem um impacto importante sobre a escolarização da população mais jovem. Parece evidente que um mecanismo de renda mínima como este, assim como outros tipos, tenham um impacto notável sobre a estabele-

zação da população rural, porque implica transferências para municípios mais rurais, de tal modo que se evita a superpopulação, a concentração excessiva de uma população desempregada nos centros urbanos, com todos os efeitos em termos de criminalidade etc.

Conclusão: Renda básica e exploração capitalista

Termino afirmando que existem muitas objeções à proposta de uma renda básica incondicional. Creio conhecer, pelo menos, 1554. Quero mencionar somente uma, que me parece particularmente pertinente ao cenário de uma escola sindical.

Um paradoxo constante que encontrei nas discussões da proposta sobre a renda básica em muitos países, em vários países no mundo desenvolvido e menos desenvolvido, pode ser formulado assim: a esquerda, e o movimento sindical como parte dela, condena por definição a exploração capitalista, mas existem duas razões muito distintas para condená-la. Existem pessoas que dizem que a exploração capitalista é inaceitável porque proporciona aos capitalistas a possibilidade de viver sem trabalhar, aproveitando os benefícios das empresas, e existem outras pessoas que dizem que a exploração capitalista é inaceitável porque manifesta a expressão da obrigação para os proletários de vender a sua força de trabalho aos capitalistas, a obrigação de fazer um trabalho alienado.

Quando se discute na esquerda a proposta da renda básica, a primeira razão a converte num desastre, porque uma renda básica proporciona a todos a possibilidade de viver sem trabalhar, uma possibilidade que afortunadamente era limitada aos privilegiados capitalistas. Mas na segunda perspectiva, isto é, na visão de que a exploração capitalista é inaceitável porque é a manifestação da obrigação de vender a força de trabalho aos capitalistas, neste caso, a renda básica é uma maravilha porque finalmente libera todos os proletários da obrigação de trabalhar. Encontramos, no entanto, com pessoas na Holanda, Estados Unidos ou Brasil que sempre lutaram juntos para os mesmos objetivos, mas quando discutem a renda básica entram num conflito muito exaltado. Eu vi pessoalmente em Santos (Brasil) durante um comício da campanha presidencial de Lula, quando num curto discurso Eduardo Suplicy mencionou a idéia de uma renda básica. Depois veio uma intervenção do Lula explicando que o Partido dos

Trabalhadores não queria uma esmola, não aceitava transferências parecidas às da assistência social, que o que desejava era um trabalho, porque só com trabalho era possível conquistar uma certa classe de reconhecimento, a dignidade.

Estou de acordo com este discurso sobre o reconhecimento, mas estou convencido de que a segunda razão para opor-se à exploração do capitalismo é a legítima. Creio que o projeto da esquerda é um projeto de liberação da obrigação de trabalhar, da submissão, não só aos capitalistas como também à burocracia e aos cônjuges, e a renda básica tem um papel muito importante na aquisição desta capacidade que outorga a uma pessoa a liberdade de não trabalhar. Não quero dizer que se trata de um projeto que diminua a importância do trabalho, inclusive de um trabalho remunerado que permita o reconhecimento, a dignidade. É um projeto que quer tornar possível que todos trabalhem mas que não obrigue ninguém a aceitar qualquer tipo de trabalho.

Este é um projeto que acredito ser necessário promover se quisermos construir juntos uma alternativa para a esquerda em nossos países tão diferentes, uma alternativa que seja desejável e radical mas possível de se levar a cabo.

Notas

- 1 Apesar de a origem estar ligada à renda do petróleo, deve-se dizer – a favor da universalização da proposta – que o seu criador, o então governador Jay Hammond, tentou implantá-lo vinte anos antes como prefeito do Bristol Bay, a partir de um imposto sobre a pesca. Assim se mantinha a antiga idéia de distribuir os recursos que originalmente pertenceriam a todos (N. do E.).
- 2 O autor se refere ao sistema de compensação familiar financiado pelas empresas com o equivalente a 4% dos salários de todos os trabalhadores e que era distribuída em espécie e em dinheiro para as famílias com rendimentos mensais inferiores a US\$ 440 e com três condições: menores de idade, vinculação escolar e idosos dependentes economicamente do grupo familiar titular.
- 3 Jan Tinbergen dividiu o Prêmio Nobel com Ragnar Frisch em 1969.
- 4 O “Projeto de Lei do Senado Nr. 80, de 1991, instituiu um Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM – que beneficiaria todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos e que tivessem renda bruta mensal inferior a Cr\$ 45 mil, que correspondia a 2,5 vezes o salário mínimo da época. O imposto de renda negativo corresponderia a 50% da diferença entre aquele parâmetro e a renda da pessoa, se a pessoa estivesse

trabalhando, e a 30%, se a pessoa tivesse um rendimento nulo ou não estivesse exercendo uma atividade remunerada”. (SUPLICY, 2002, p. 123)

Referências bibliográficas

BIEN. Basic Income European Network. Disponível em: <http://www.basicincome.org>.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania. A saída é pela porta**. São Paulo: Cortez / Fundação Perseu Abreu, 2002.

A renda básica: por que, como e quando
